

## RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: REFLEXÕES À LUZ DOS ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO

Marcelo de Rezende Pinto<sup>1</sup>, Carolina Machado Maranhão<sup>2</sup>

Artigo recebido 10/01/2011. Aprovado em 13/08/2013.

---

### RESUMO

É notório o crescente interesse tanto por parte de empresários quanto por acadêmicos pelo tema responsabilidade social empresarial. Nesse sentido, verifica-se que uma parcela significativa dos trabalhos sobre o tema se caracteriza por uma visão essencialmente otimista em relação ao conceito, ainda que seja possível encontrar alguns estudos que buscam suscitar maiores reflexões sobre o conceito e seus desdobramentos na sociedade atual. Dessa forma, a fim de estabelecer uma leitura crítica do movimento da responsabilidade social que vai além da perspectiva eminentemente funcionalista e pragmática encontrada na maioria dos textos sobre o assunto, este ensaio teórico tem como escopo buscar novas articulações no tocante ao tema tanto por questionamentos feitos por diversos autores quanto à luz dos Estudos Críticos em Administração. Para isso, buscou-se apresentar um histórico do movimento para em seguida, tecer comentários acerca de seus fundamentos teóricos. Após analisar sucintamente as principais características dos Estudos Críticos em Administração, são apresentadas as idéias de autores nacionais e estrangeiros que questionam o movimento da responsabilidade social. Por fim, algumas reflexões finais são conduzidas sobre a temática à luz dos Estudos Críticos em Administração.

**Palavras-chave:** Estudos Críticos em Administração. Responsabilidade Social. Estudos Organizacionais.

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons Attribution 3.0*.

---

1 Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da PUC Minas - Brasil. Doutor e Mestre em Administração pelo CEPEAD/UFMG. marcrez@hotmail.com

2 Professora do Mestrado em Administração - Centro Universitário UNA - Brasil. Doutora em Estudos Organizacionais (CEPEAD-UFMG) carola.maranhao@gmail.com

## **CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: REFLECTIONS IN THE LIGHT OF CRITICAL MANAGEMENT STUDIES**

### **ABSTRACT**

It is notorious the growing interest by both entrepreneurs and academics by corporate social responsibility. Accordingly, a significant portion of the work on the topic is characterized by an essentially optimistic view regarding the concept, although you can find some studies that seek to stimulate further reflections on the concept and its unfolding in today's society. Thus, in order to establish a critical reading of the movement of social responsibility that goes beyond the eminently functional and pragmatic perspective found in most texts on the subject, this theoretical essay is scoped to pursue new perspectives for both themes by inquiries from several authors in the light of critical studies in business administration. To do this, it is sought to present a history of the movement followed by comments about its theoretical foundations. After analyzing briefly the main features of critical studies in Administration, the ideas of national and foreign authors who question the social responsibility movement are presented. Final thoughts are introduced on the subject in the light of critical studies in business administration.

**Keywords:** Critical studies in business administration. Social responsibility. Organizational Studies.

*The content of GESTÃO.Org is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 license.*

## 1. INTRODUÇÃO

É facilmente perceptível o crescente interesse por parte de diversas empresas pelo tema responsabilidade social. Termos como filantropia, cidadania corporativa, ética e responsabilidade social das empresas passaram a figurar no repertório de políticos, empresários e na mídia nacional. Na área acadêmica, em virtude da pujança do tema, percebeu-se um aumento considerável de trabalhos com apresentação de pesquisas empíricas em diferentes ramos de negócios e em diversas regiões do país, bem como a organização de congressos com o objetivo de discutir questões envolvendo a temática.

No mesmo sentido, é notória a proliferação de prêmios, leis e ações canalizadas em direção à adoção de comportamentos social e ambientalmente responsáveis. Dessa forma, novas práticas gerenciais são adotadas e novas posturas são valorizadas pela sociedade, como as voltadas para o meio ambiente e ao desenvolvimento comunitário (MENDONÇA; SCHOMMER, 2000).

Um ponto a se destacar é o crescente aumento de publicações de artigos em revistas e jornais destinadas ao público em geral mencionando tais questões, muitas vezes sem embasamento teórico, utilizando conceitos equivocados e não raramente contraditórios. Além disso, na visão de Soares (2004), verifica-se que uma parcela significativa dos trabalhos sobre o tema se caracteriza por uma visão essencialmente otimista em relação ao conceito, ressaltando sempre seus aspectos positivos.

Para Kreitlon (2005), a justificativa normalmente empregada para incentivar os empresários em direção à responsabilidade social é instrumental e pragmática, afirmando que o mercado recompensará os conscienciosos, punindo, por sua vez, os inconsequentes. O mesmo é constatado por Rampinelli e Guimarães (2006) quando afirmam que as ações e práticas socialmente responsáveis são apresentadas para os empresários como uma oportunidade para aumentar os lucros e potencializar seu desenvolvimento.

Porém, constata-se que é possível encontrar alguns estudos que buscam suscitar maiores reflexões sobre o conceito e seus desdobramentos na sociedade atual. Entre eles, Joseph e Parkinson (2002) descrevem dúvidas e questionamentos

daqueles que se dizem céticos ou críticos com relação à temática. Na mesma linha, Wolf (2001) apresenta duras objeções à tentativa das empresas de adotarem práticas socialmente responsáveis. Jones (1996) também critica o conceito e o discurso da responsabilidade social em termos da coerência teórica, saliência empírica e viabilidade normativa.

No Brasil, nos últimos anos, começaram a surgir trabalhos mais críticos acerca do tema. Além do trabalho de Soares (2004) que tentou lançar um olhar crítico, ressaltando algumas contradições entre o movimento da responsabilidade social e o capitalismo, Ventura (2003) alerta para a necessidade de questionarmos o que se está escrevendo ou reproduzindo acerca dessa temática. Também pode-se encontrar alguns outros trabalhos que vão além do lugar comum de visualizar a responsabilidade social como uma nova forma de aumento dos lucros e melhora da performance.

Pode-se perceber também nos últimos anos a difusão de novas correntes teóricas preocupadas em entender os fenômenos organizacionais. Entre elas, podem ser citadas a corrente do contingencialismo, a perspectiva do neo-institucionalismo, a abordagem pós-moderna e a de estudos críticos organizacionais. Destacam-se, nesse contexto, os estudos críticos de inspiração Frankfurtiana e os Pós-estruturalistas, por suas propostas de romper com visões funcionalistas e instrumentais da Administração. Cada perspectiva, ao seu modo, vai discutir as questões de opressão e resistência nas organizações, desvelando as situações estruturais e históricas acerca da constituição da própria organização em um sistema econômico capitalista e em uma política neoliberal. Essas abordagens vêm atraindo mais pesquisadores tanto pela originalidade, quanto possibilidade de promover mudanças no mundo da administração através da crítica e análise rigorosa das organizações e dos atores que nela atuam (PAES DE PAULA, 2006).

Nesse sentido, a fim de estabelecer uma leitura diferenciada do movimento da responsabilidade social empresarial além da perspectiva eminentemente funcionalista e pragmática encontrada na maioria dos textos sobre o assunto, surge o interesse em elaborar um ensaio com o escopo de buscar novas articulações no tocante ao tema da responsabilidade social empresarial à luz dos Estudos Críticos Organizacionais. Para tanto, buscou-se contextualizar histórica e socialmente o

movimento em prol à Responsabilidades Social nos Estados Unidos (país em que este movimento encontra maior adesão) e no Brasil, apresentar algumas reflexões de autores que têm uma visão mais questionadora sobre o tema e estabelecer novas articulações quanto à temática, sob o enfoque das características dos estudos críticos em Administração.

Assim, o trabalho pretende contribuir com estudantes, pesquisadores, gestores e outros profissionais ao apresentar idéias, reflexões e entendimentos que podem servir de contrapeso ao que é veiculado normalmente sobre a responsabilidade social empresarial. O trabalho pretende ainda oferecer reflexões com o escopo de promover a melhoria da qualidade de vida e de trabalho com a construção de relações mais justas e democráticas no ambiente organizacional.

O artigo está organizado da seguinte forma: de início, para contextualizar do ponto de vista histórico e social o movimento da responsabilidade social empresarial, pretende-se apresentar um histórico do movimento para em seguida, tecer comentários acerca de seus fundamentos teóricos. Outra seção do trabalho com o título de Teoria Crítica visa a analisar aspectos centrais dessa corrente teórica e discutir sucintamente as principais características dos Estudos Críticos em Administração. A partir daí, são apresentadas as idéias de autores que questionam o movimento da responsabilidade social empresarial. Por fim, as reflexões sobre a temática são discutidas à luz dos Estudos Críticos em Administração.

## **2 A EXCLUSÃO DO SOCIAL: A GÊNESE DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

Assim como em outros pontos relacionados ao movimento de responsabilidade social empresarial, não há um consenso em relação à gênese e ao desenvolvimento do conceito. Contudo, pode-se adotar que o marco no campo da Responsabilidade Social foi o lançamento do livro *Responsibility of the Businessman* de Howard Bowen nos Estados Unidos em 1953. Ao resgatar a origem do conceito, Bowen (1957) cita alguns estudos do início do século que representam as primeiras manifestações da idéia: Charles Eliot, em 1906, Arthur Hakley em 1907 e John Clark em 1916 e Oliver Sheldon em 1923. Para Bowen (1957), este último autor

defendia a inclusão de outros objetivos entre as preocupações da empresa, além do lucro dos acionistas.

Também como referência, é de autoria de Bowen (1957) a expressão “responsabilidades sociais dos homens de negócios” que refere-se às obrigações sociais do empresariado, que deve caminhar ao lado das questões tradicionalmente administrativas, como o processo de tomada de decisões visando o lucro dos acionistas. Desta forma, começa-se a consolidar um pensamento de que o empresário, no desenvolvimento de suas atividades profissionais, deve conciliar suas decisões de negócio com os fins da sociedade. Além disso, esse autor salienta que “a administração restrita aos interesses dos acionistas não é o fim exclusivo de seus deveres” (BOWEN, 1957, p. 57).

Uma leitura atenta à obra de Bowen nos permite perceber seu alinhamento ideológico-religioso ao pensamento cristão protestante, à medida em que a responsabilidade social é definida como doutrina que implica na aceitação voluntária de ações compatíveis com os fins e valores da sociedade pelos homens de negócios. Bowen estabelece como caminho para o bem-estar econômico o desenvolvimento de um sistema misto, ou seja, uma combinação de empreendimentos privados, públicos e cooperativos que fosse ao encontro dos interesses sociais e individuais, com ênfase sobre os primeiros (MEIRA, 2006).

Enquanto nos países desenvolvidos, o debate acerca da responsabilidade social remonta a década de 1950, no Brasil, a propagação da idéia é mais recente. As primeiras discussões datam de meados da década de 1970, tendo como precursora a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE), cuja finalidade era promover o debate sobre o balanço social (LIMA, 2002).

Conforme Toldo (2002) em 1982 a Câmara Americana do Comércio lançou o prêmio Eco de Cidadania Empresarial. Em 1983, o sociólogo Herbert de Souza idealizou a Campanha Nacional de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida que constituiu o marco de aproximação dos empresários com as ações sociais. Um ano depois, em 1984, a Nitrofértil destaca-se por ser a primeira empresa brasileira a publicar um balanço social. Em 1998, foi criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, cujo objetivo é disseminar a prática da responsabilidade social por meio de publicações, experiências, programas e

eventos para os interessados no assunto. Nessa mesma época, várias outras organizações foram criadas com o escopo de promover o conceito de responsabilidade social.

Atualmente, muitas entidades brasileiras promovem premiações no âmbito da responsabilidade social, o que demonstra um crescimento da temática no Brasil. Entre essas iniciativas, Lima (2002) aponta o Selo Empresa Cidadã (Câmara Municipal de São Paulo), o prêmio Top Social ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), o prêmio Eco (AMCHAM - Câmara Americana de Comércio) e o Selo Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq). Ressalta-se também, hodiernamente, no Brasil, um movimento que caracteriza uma valorização do tema. Além da criação do Instituto Ethos, verifica-se o surgimento de outras entidades como o Instituto de Cidadania Empresarial, o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) entre outras.

Contudo, cabe ressaltar uma observação: o movimento ganha corpo no Brasil justamente numa época de grandes transformações econômicas e políticas, no qual as principais características seriam a abertura da economia, a entrada de grandes grupos internacionais no país e o desenvolvimento de grandes alianças ou parcerias de empresas nacionais com *players* estrangeiros.

Estamos cientes de que o conceito de RSE ainda não se encontra suficientemente consolidado e que, portanto, pode ser considerado em construção, visto que suscita uma série de interpretações (ASHLEY, 2002; MOHR e WEBB, 2001). De acordo com Kreitlon (2004), os argumentos escolhidos para justificar o conceito são essencialmente contraditórios, combinando pressupostos oriundos de correntes teóricas incompatíveis entre si.

Porém, a escolha do significado político do termo e o desenvolvimento de ações empresariais derivadas da concepção escolhida não se dá de forma aleatória e nem neutra. Duarte e Dias (1986), nos dão alguns exemplos de como a RSE pode ser compreendida pelas empresas: o termo pode representar a idéia de obrigação legal; de imposição de padrões mais altos de comportamento; de prática social,

papel social e função social; designando um comportamento eticamente responsável; ou até mesmo significando Filantropia.

Vale ressaltar a observação de Rampinelli e Guimarães (2006) ao afirmar que quase todas essas interpretações referem-se a ações que não contribuem para uma transformação radical ou para a emancipação humana, apenas reforçam a manutenção do *status quo* social sem conflitos. É curioso notar, conforme bem assinalado por Kreitlon (2005), que as definições difundidas do conceito são formuladas por instituições quase sempre comprometidas com o capitalismo globalizado. Essas instituições estariam justamente interessadas em afastar as intervenções do Estado que possam restringir a liberdade de ação das empresas.

### 3. OS ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO: UM COMPROMISSO POLÍTICO

O que é ser crítico para os Estudos Críticos em Administração? Para Fournier e Grey (2006), de maneira ampla, estar engajado nos estudos críticos em Administração seria dizer que algo está errado na gestão, enquanto prática e corpo de conhecimento e que isso deve ser mudado. Mas, no entender de Davel e Alcadipani (2003) simplesmente criticar algo ou apontar aspectos negligenciados pela abordagem funcionalista não significa ser crítico. Dessa forma, Fournier e Grey (2006) , Davel e Alcadipani (2003) estabeleceram três parâmetros fundamentais para identificar um estudo como sendo de natureza crítica: visão desnaturalizada da administração, intenções desvinculadas da performance e um ideal de emancipação. O QUADRO 1 a seguir sintetiza esses três parâmetros a partir dos autores supracitados.

**QUADRO 1 - Características dos parâmetros para identificar um estudo crítico**

Parâmetros	Características
<b>Visão desnaturalizada da Administração</b>	Considera a organização como uma construção sócio-histórica. Assim, seria essencial compreender como as organizações são formadas, consolidadas e transformadas no interior e no exterior. Está comprometida com o descobrimento de alternativas que têm sido eliminadas pelo conhecimento e pela prática administrativa.
<b>Intenção desvinculada da performance</b>	Não visa a celebrar conhecimentos inscritos em uma lógica instrumental de cálculos dos meios com relação aos fins ou que melhorem o desempenho econômico das organizações. O desenvolvimento de uma pesquisa na abordagem crítica não se preocupa em gerar conhecimento em função da melhoria da performance econômica da organização, embora possa ter alguma intenção de desempenho como conquistar um mundo melhor ou terminar a exploração.
<b>Intenção emancipatória</b>	Procura enfatizar e promover o potencial de consciência humana para refletir de maneira crítica sobre as práticas opressivas, facilitando, assim, a extensão dos níveis de autonomia e responsabilidade das pessoas.

Fonte - Fournier e Grey (2006) e Davel e Alcadipani (2003)

Os estudos críticos favorecem a reflexão, o questionamento e estão voltados para a emancipação, pois eles pretendem criar “... sociedades e lugares de trabalho livres de dominação em que todos os membros têm igual oportunidade para contribuir para a produção de sistemas que venham ao encontro das necessidades humanas e conduzam ao progressivo desenvolvimento de todos” (ALVESSON; DEETZ, 1999, p. 238).

Os estudos críticos em administração têm as seguintes características básicas: (1) Compromisso com a práxis libertadora: “é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser” (VIEIRA; CALDAS, 2006, p. 60). Ou seja, aqueles que buscam a descrever o mundo como ele é, acabam por fazê-lo sempre de forma parcial e incompleta, isto é, negligenciam o que ele tem de potencialmente melhor; (2) Alinhamento político entre teoria e prática. Na visão funcionalista de ciência, teoria e prática - ou conhecer e agir - são coisas distintas. Os estudos críticos, no entanto, questionam essa distinção desenvolvendo um projeto político de realização dos potenciais emancipatórios do mundo; (3) Relação orgânica entre sujeito e objeto. Isto quer dizer que o sujeito do conhecimento é um sujeito histórico que se encontra

inserido em processo igualmente histórico que o molda e o condiciona (FREITAG, 1986). Vale ressaltar que a teoria crítica não pode ser resumida num conjunto de idéias ou de teses imutáveis, visto que, na visão de Marx, a verdade é sempre temporal e histórica. Assim, o teórico crítico é aquele que está sempre mudando, porém orientado pelo princípio da transformação social e da emancipação (VIEIRA; CALDAS, 2006).

A disseminação de pesquisa na área de Administração sobre estudos críticos se dá a partir da década de 1990 com a emergência de uma subdisciplina nomeada “Estudos Críticos em Administração” (DAVEL e ALCADIPANI, 2003). Esses estudos foram desencadeados pelo lançamento do livro de Alvesson e Willmott em 1992, que se propôs a questionar a racionalidade das teorias tradicionais de organização e desvelar suas faces ocultas: as estruturas de controle, de dominação e as desigualdades de gênero e raça vivenciadas na realidade das empresas (DAVEL; ALCADIPANI, 2002; OLIVEIRA, FURUTA ; FRANÇA, 2003; PAES DE PAULA; ALCADIPANI, 2004; PAES DE PAULA, 2004). Conforme Alvesson e Deetz, (1999, p.228), as motivações para o surgimento desta área de pesquisa foram:

[...] o crescimento do tamanho das organizações, a rápida implementação das tecnologias de comunicação/informação, a globalização, a mudança na natureza do trabalho, a redução da classe trabalhadora, os conflitos de classe menos evidentes, a profissionalização da força de trabalho, as economias em estagnação, os problemas ecológicos espalhados pelo mundo todo e os mercados.

No Brasil, na visão de Paes de Paula (2006) é possível perceber uma produção crítica nacional anterior à década de 1990 nos trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. Antes mesmo da consolidação dos estudos críticos organizacionais como área de pesquisa, já se percebia uma “tradição autônoma” destes estudos, o que confirma a tese de que a tradição crítica nacional não é, portanto, uma simples importação de paradigmas estrangeiros (anglo-saxônico) nem mesmo consequência da consolidação desta área de estudos na Inglaterra (DAVEL; ALCADIPANI, 2002). Neste sentido, a autora agrupa os pesquisadores críticos nacionais em pelo menos quatro categorias: a) os discípulos de Guerreiro Ramos; b) os heterodoxos, que buscam seu próprio caminho

de crítica; c) os adeptos da corrente *critical management studies*, mais recente e baseada nos princípios de seus fundadores; d) os pesquisadores do indivíduo e sua subjetividade nas organizações.

A emergência deste campo é fruto de um estado de desilusão com os pressupostos modernistas. Os teóricos críticos organizacionais têm um programa de pesquisa com foco em interesses de grupos específicos, entre eles, mulheres, trabalhadores negros e endereçam assuntos gerais de objetivos, valores, de formas de consciência e distorções comunicativas dentro das organizações (ALVESSON; DEETZ, 1999).

Conforme o estudo de Davel e Alcadipani (2003), no Brasil, as temáticas mais abordadas nos artigos são dominação, ideologia, controle, disciplina, gênero, exclusão social, cidadania e sofrimento psíquico e físico. Estes autores ponderam que os Estudos Críticos em Administração não se colocam contra a gestão e as organizações capitalistas, buscam uma crítica parcial, temporária e localizada no âmbito de práticas, teorias e discursos que podem surgir no cotidiano das organizações.

A articulação nacional dos estudos críticos organizacionais no Brasil deu-se através do Encontro de Estudos Organizacionais (ENEO) e do Fórum de Estudos Críticos em Administração. O ENEO foi criado em 2000, através da iniciativa do Grupo de Estudos Organizacionais da ANPAD, que já se reunia informalmente desde 1996. A formalização deste encontro satisfaz uma demanda crescente no Brasil de análises críticas organizacionais, e propõe o intercâmbio de idéias, a divulgação dos eventos nacionais e internacionais promovidos na área; a inserção dos estudos críticos no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro (ANPAD, 2005).

Por iniciativa de Ana Paula Paes de Paula e Rafael Alcadipani foi lançado em 2004, na RAE edição eletrônica, o Fórum de Estudos Críticos em Administração. Como o próprio nome indica, o objetivo principal era criar uma instância de discussão do assunto, permitindo a troca de informação entre os interessados, publicação de trabalhos, réplicas e tréplicas. Enfim, um espaço que desse voz aos pesquisadores da área, evidenciando as bases epistemológicas dos estudos críticos organizacionais brasileiros, as preocupações dos estudiosos e as contradições

internas e externas à organização contempladas nos trabalhos desenvolvidos (PAES DE PAULA; ALCADIPANI, 2004).

Dos 32 artigos recebidos, foram selecionados 4 trabalhos para a publicação no Fórum, respeitando a heterogeneidade de abordagens utilizadas, perpassando toda a amplitude dos estudos críticos: “crítica da racionalização burocrática, controle, relações de gênero e responsabilidade social” (PAES DE PAULA; ALCADIPANI, 2004, p.4).

#### **4. LEITURAS CRÍTICAS SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

Para Joseph e Parkinson (2002), existiriam dois grandes grupos que contestam o movimento de responsabilidade social empresarial: os críticos e os céticos. Com relação ao primeiro grupo, Kreitlon (2005) afirma que existe um antagonismo irreconciliável entre os mercados livres e auto-regulados e o desvio de função implícito nas pretensões da responsabilidade social, visto que eles entram em contradição com os pressupostos básicos da teoria econômica, ou seja, direito de propriedade, separação entre o que é atribuição do Estado ou da iniciativa privada e a dinâmica natural do mercado.

Complementarmente, para Joseph e Parkinson (2002), ainda no tocante aos críticos, as objeções não são somente econômicas. Os críticos também argumentam que é ilegítima a decisão relativa a questões de políticas sociais por parte das empresas, pois isso seria da esfera pública. Segundo esses autores, os críticos questionam a existência de um amplo consenso na sociedade em direção ao envolvimento das companhias em programas de desenvolvimento sustentáveis.

Digno de nota é o alerta feito por Kreitlon (2005). Segundo essa autora, com relação aos países em desenvolvimento, a tentativa de aplicar os mesmos padrões internacionais de responsabilidade social pode ter consequências negativas, uma vez que as pequenas e médias empresas sairão em desvantagens se lhes for exigida a adoção de níveis de proteção ambiental ou trabalhista acima dos previstos pelas leis locais.

Já com relação aos céticos, percebe-se que em um sistema no qual se requer legalmente que os gestores levem em consideração os interesses dos acionistas, não existiria possibilidade de que o comportamento empresarial altere-se em favor dos imperativos sociais e ambientais (JOSEPH; PARKINSON, 2002). Esses autores chegam a afirmar que sem um sistema mais pluralista de governança corporativa, qualquer demonstração de responsabilidade social empresarial falhará inevitavelmente.

Outro trabalho crítico em relação ao movimento da responsabilidade social empresarial é o de Jones (1996). Ao discutir a lógica da economia política capitalista, a lógica das organizações capitalistas e a lógica da consciência capitalista, o autor chega a conclusão de que o conceito de responsabilidade social não é viável teoricamente, empiricamente ou normativamente. Segundo ele, construções éticas da responsabilidade social ignoram as realidades estruturais confrontadas pelas organizações capitalistas, ao passo que as posições instrumentais falham na racionalidade econômica. O que muitas vezes é nomeado comportamento socialmente responsável é nada mais do que um inteligente investimento no negócio ou em práticas efetivas de relações públicas.

Para Jones (1996), também fica clara a constatação de que a literatura referente à temática é pouco reflexiva em termos de explicitar contradições e problemas. No mesmo sentido, os argumentos utilizados no discurso da responsabilidade social são de natureza funcionalista e sua principal fraqueza reside na tendência de direcionar mais sintomas do que causas. Ademais, esse discurso envolve uma forte dimensão ideológica, uma vez que contribui para legitimar e manter a hegemonia do mercado em detrimento de outras importantes questões de natureza pública e política.

No Brasil, uma contribuição importante é a de Soares (2004) ao buscar revelar algumas contradições entre a responsabilidade social e o sistema de capital, através do desenvolvimento do que ela chamou de três discursos sobre Responsabilidade Social Empresarial. Entendendo-se que “todo discurso esconde uma rede simbólica de dominação ideológica e de poder” (FARIA; MENEGHETTI, 2001), a autora afirma :

[...] a leitura atenta dos discursos organizacionais revela palavras sequer pronunciadas e de que existem contradições entre o que os membros das organizações assumem como sendo ética, moral e democracia e o que efetivamente é praticado no ambiente organizacional. (SOARES,2004, p.1)

Os três discursos são o explicitado, o pronunciado reservadamente e o não-dito. Parte-se da concepção que o local de divulgação e o público ao qual se dirige a mensagem modificam a forma e os elementos presentes no discurso empresarial a respeito de suas práticas socialmente responsáveis.

Para Soares (2004), o discurso explicitado, por exemplo, consiste daquele divulgado pela empresa em seus diversos canais de comunicação, tais como Internet e boletins, direcionados aos trabalhadores e grande público. O discurso pronunciado reservadamente está presente nos trabalhos acadêmicos e livros e que, apesar de conter informações públicas, não são divulgadas maciçamente ao grande público. Finalmente, o discurso não-dito provém da análise crítica dos discursos explicitado e o pronunciado reservadamente, com o objetivo de descobrir o que não foi verbalizado, e que muitas vezes guarda contradições essenciais à verificação da postura social de empresa.

A base utilizada por Soares (2004) para a construção destes discursos parte do princípio de que a preocupação das empresas com a responsabilidade social demonstra “o intuito de anular as práticas de questionamento das relações de dominação e poder [...] e propiciar um controle mais amplo sobre o trabalhador [...] seqüestrando sua subjetividade” (SOARES, 2004, p.10).

Através de sua análise crítica, Soares (2004) verificou que o desejo das empresas de se tornar a instituição por excelência da sociedade consiste de uma das instâncias do discurso não-dito da responsabilidade social. O processo de ideologização conduzido pela empresa faz dela a portadora de valores do capitalismo racional e instrumental. A consequência mais marcante disso é a transformação do seres humanos em técnicos e os homens, em produtores e consumidores. Ademais, a leitura do discurso não-dito sobre a responsabilidade social revela que a postura de empresa ética e guardiã da moral é a forma de se manter um mínimo de confiabilidade interna para que a empresa possa dar lucros.

Percebe-se, no Brasil, que depois que o movimento da responsabilidade social passou a ser considerado um atributo importante para a competitividade, manifestações “espontâneas” de exercício da cidadania tornaram-se mais comuns. Ou seja, vê-se, muitas vezes, que diversas empresas estão utilizando premiações e participações em concursos do gênero como pura estratégia de marketing institucional, focalizada para melhorar a imagem projetada da empresa para fidelização de clientes, conquista de novos consumidores e aumento dos lucros. Uma análise mais cuidadosa levaria à constatação de que algumas empresas não poderiam ser consideradas cidadãs, visto que o seu negócio é, por si mesmo, prejudicial à comunidade e/ou ao indivíduo. Exemplos seriam fabricantes de cigarros, bebidas alcoólicas, matérias-primas altamente poluentes entre outros (RAMPINELLI; GUIMARÃES, 2006).

Para ilustrar essa situação, Rampinelli e Guimarães (2006) descrevem alguns casos, nos quais fica constatada a dissonância entre o conceito de responsabilidade social e as premiações auferidas. Primeiramente, o caso do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Essa instituição de âmbito nacional, sem fins lucrativos, de utilidade pública, filantrópica e beneficente de assistência social, promove a integração dos jovens estudantes no mercado de trabalho. Essa organização foi premiada pelo projeto “Programa de Desenvolvimento Estudantil”. A questão é: não é essa a finalidade de sua existência? Ela não foi criada exatamente para realizar esse tipo de projeto?

Esses autores também questionam o caso de uma grande empresa privada de telefonia que vem sendo premiada em virtude de desenvolvimento de projetos de mecenato cultural, patrocínio direto a atividades culturais e outros. O que se torna conflitante com a premiação é o fato de que, da mesma forma que outras empresas de telefonia instaladas no país, ela é campeã de queixas no PROCON, por desrespeitar o direito do consumidor através de cobranças indevidas e pelo péssimo atendimento aos clientes.

Outro caso citado por Rampinelli e Guimarães (2006) é o de uma engarrafadora de refrigerantes que foi premiada com o projeto “Teatro na escola - a arte de ensinando a viver melhor”. O conteúdo do projeto foi a promoção em escolas da apresentação de uma peça teatral com a temática da preservação

ambiental, ensinando as crianças que é importante manter o meio ambiente preservado. O principal personagem era uma lata gigante do refrigerante comercializado pela empresa. A proposta seria interessante se não coincidissem com o lançamento no mercado de um novo produto dessa empresa voltada para o público infantil.

Contudo, pode-se afirmar que os questionamentos vão muito além de alguns casos isolados de utilização do conceito de responsabilidade social. Ventura (2003), a partir das visões de vários autores, percebe uma tendência de se privilegiar a dimensão valorativa da responsabilidade social. Assim, o principal problema com os modelos de responsabilidade social empresarial e seus argumentos reside no fato de que eles se concentram na determinação das razões, das conseqüências e dos benefícios que ações ditas socialmente responsáveis podem trazer aos *stakeholders*. Dessa forma, não se considera a dimensão pública/política dessas ações no debate.

Complementarmente, Ventura (2003) também analisa que o capitalismo enfrenta uma crise, fruto da concentração de renda que não tem melhorado a qualidade de vida de boa parcela da população mundial. Assim, pode-se dizer que o capitalismo necessita de um conjunto ideológico mais mobilizador, ou seja, precisa incorporar produções culturais contemporâneas a ele, ainda que desenvolvidas para outros objetivos. No entendimento da autora, o espírito do capitalismo se transforma ou se desloca para responder à necessidade de justificação das pessoas comprometidas no processo de acumulação capitalista. Esse deslocamento seria conseqüência da crítica ao próprio capitalismo que precisa instituir novas provas. O movimento da responsabilidade social surge nesse contexto como resultado da crítica da maneira pela qual as empresas vêm se relacionando com a sociedade. Dessa forma, o movimento pela responsabilidade social (re)cria provas e dispositivos que, ao operar um deslocamento, desmantela a crítica.

Em resumo, pode-se falar que o movimento da responsabilidade social empresarial é parte de um deslocamento do capitalismo, visando combater a crítica, ou seja, uma resposta não planejada individualmente à necessidade de realimentar o espírito do capitalismo, que é uma ideologia que mobiliza as pessoas

para se inserirem e se manterem no sistema capitalista, além das dimensões materiais (VENTURA, 2003; VENTURA; VIEIRA, 2006).

## **5. A IMPOSSIBILIDADE EFETIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

A partir das explanações anteriores referentes aos estudos críticos em Administração e de novas articulações propostas pelos autores discutidos, é possível fazer algumas reflexões finais acerca do conceito de responsabilidade social empresarial. Inicialmente, é importante ressaltar a constatação de que realmente esse movimento tem sido percebido como um diferencial de mercado para empresas de diversas áreas, tamanho, tempo de atuação e nacionalidade. Fica clara, portanto, a utilização da responsabilidade social como essencialmente vinculada à performance da empresa. Inevitavelmente, isso pode ter várias consequências para a sociedade.

Em primeiro lugar, em um país como o Brasil no qual se constata que, no universo empresarial, aproximadamente 90% das empresas são consideradas micro, pequenas e médias, a corrida às práticas ditas socialmente responsáveis estaria implicando um esvaziando do poder local e perda de poder dos pequenos empresários que ficariam a mercê do poder das grandes empresas multinacionais. Conseqüentemente, essa situação levaria à concentração de renda nas grandes empresas e prejuízo para as pequenas e médias. No mesmo sentido, ao serem compelidas à adoção de práticas importadas de responsabilidade social, as empresas nacionais não estariam correndo o risco de estarem indo contra seu contexto histórico-cultural? Dessa forma, pode-se verificar que as empresas com melhores condições financeiras passariam a ter melhores condições de competitividade, uma vez que apresentariam melhor o diferencial de ser socialmente responsável. Como resultado final, teríamos um aumento da participação de mercado das grandes empresas, de capital internacional, em detrimento da pequena e média empresa nacional..

Atrelado a essa questão é possível também discutir o seguinte ponto. É amplamente reconhecido que existe uma relação centro-periferia na construção e

exportação de teorias. Dessa forma, os países ditos periféricos seriam grandes importadores de teorias dos países chamados centrais, muitas vezes ultrapassadas, com a percepção de estar adquirindo uma novidade. Sendo assim, até que ponto o discurso e a suposta implementação de ações de responsabilidade social num país como o Brasil não estaria sendo utilizado sem o devido cuidado, simplesmente como um novo modismo importado.

No mesmo sentido, como bem enfatizado por Ventura (2003) e Ventura e Vieira (2006), a responsabilidade social não seria um fenômeno típico do mimetismo de práticas gerenciais provenientes de empresas multinacionais, sem questionamentos mais cuidadosos de seus efeitos na sociedade ?

Em segundo lugar, como já questionado por outros autores, com a adoção de práticas de responsabilidade social, percebe-se um condicionamento da elevação do bem-estar social a uma demanda do mercado, ao invés de levar em conta as necessidades consideradas legítimas expressas pela comunidade. As empresas, ao implementarem práticas sociais, poderiam estar elegendo parcelas da população como alvo de suas políticas, relegando a segundo plano outros grupos sociais. Essa situação não seria um caso típico de exploração, dominação ou de controle, que inibe a realização do potencial humano?

Em terceiro lugar, ao lançar-se no discurso da responsabilidade social, as empresas promovem um aumento do poder político da classe empresarial, o que leva, inevitavelmente, a uma desarticulação da mobilização comunitária dos movimentos organizados dos trabalhadores. Da mesma forma, estaria promovendo uma diminuição da representação social promovida pelas instâncias extra-empresariais.

Nesse ponto, a partir das características dos Estudos Críticos apresentadas no QUADRO 2, pode-se afirmar que muito do discurso sobre responsabilidade social e boa parte dos trabalhos que discutem o tema não levam em consideração tais características. A fim de clarificar essa constatação, o QUADRO 2 exhibe alguns comentários nesse sentido.

#### **QUADRO 2 - A Responsabilidade Social à Luz dos Parâmetros dos Estudos Críticos Organizacionais.**

Parâmetros	Comentários
<b>Visão desnaturalizada da Administração</b>	Os estudos existentes sobre responsabilidade social, quase sempre, não têm uma preocupação em compreender como as organizações são formadas, consolidadas e transformadas. É estabelecido que as práticas socialmente devem ser expandidas para todas as empresas, independente de sua construção sócio-histórica, negando-se a buscar alternativas próprias para a solução de seus conflitos.
<b>Intenção desvinculada da performance</b>	A literatura acerca do conceito de responsabilidade social está baseada numa percepção de que a implementação de práticas socialmente responsáveis leva a organização a uma melhoria na sua performance econômica, ou seja, o discurso está baseado em uma lógica instrumental de cálculos dos meios com relação aos fins.
<b>Intenção emancipatória</b>	É notória a inexistência de estudos sobre a responsabilidade social que tenham como objetivo buscar promover o potencial de consciência humana com vistas a refletir de maneira crítica sobre as práticas opressivas no ambiente de trabalhos das organizações.

Fonte - Elaborado pelos autores

No tocante ao discurso sobre a responsabilidade social, pode-se afirmar que ele é repleto de falhas, contradições e incongruências. Como bem visualizado por Soares (2004), a distância entre o mundo do trabalho presumido pela proposta de responsabilidade social e o que se constata é grande, pois inúmeras situações conflituosas e contraditórias não são contempladas no âmbito da responsabilidade social. Ademais, também no entender dessa autora, estudos revelam que existe, nas organizações, um discurso sobre uma certa ética e uma prática que não lhe corresponde. Assim, pode-se questionar até que ponto as ações propostas pela responsabilidade social empresarial correspondem à prática organizacional.

Não menos importante é a reflexão da seguinte questão: a responsabilidade social empresarial não estaria servindo para justificar, legitimar ou camuflar novas formas de dominar mercado, sem nenhum interesse real com o aumento do desenvolvimento social? Ou estaria vinculando o bem-estar social à perspectiva de desenvolvimento econômico? No mesmo sentido, percebe-se que atualmente o conceito não representa uma transformação radical no relacionamento dos agentes econômicos com a sociedade. Ela não estaria hoje servindo como meio de reprodução do capital? Nesse caso, é possível acreditar que haja uma relação de

causa e efeito com a responsabilidade social, visto que os problemas sociais poderiam estar interferindo no bom desenvolvimento dos negócios?

Vale também afirmar que, a despeito da vasta literatura que busca estabelecer todas as vantagens da adoção de práticas de responsabilidade social das empresas, desde os primeiros trabalhos, a intervenção social empresarial sempre esteve cercada de ambiguidades e contradições, não havendo um consenso acerca de seus benefícios.

Estamos cientes de que as questões levantadas não esgotam e nem abordam toda a complexidade do debate atual acerca do tema responsabilidade social empresarial. Muito pelo contrário. Torna-se premente a criação de novas linhas de pesquisas com o intuito de se investigar a temática sob um enfoque mais questionador, evitando-se um viés normativo e prescritivo. Visto que os estudos críticos favorecem a reflexão, o questionamento e estão voltados para a emancipação, fica registrado aqui, um convite aos pesquisadores interessados em criar espaços de debate e reflexão visando análises mais acuradas e baseadas na realidade local.

## REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós-modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. v.1 São Paulo: Atlas, 1999. p.227-266.

ASHLEY, Patrícia A. A Responsabilidade Social nos Negócios: Um Conceito em Construção. In: \_\_\_\_\_. **Ética e Responsabilidade Social dos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOWEN, Howard R. **Responsabilidade Sociais do Homem de Negócios**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos Críticos em Administração: Produção Científica Brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**. V. 43. N. 4. p. 72-85. out/dez 2003.

DUARTE, Gleuso D.; DIAS, José Maria M. **Responsabilidade Social: a Empresa Hoje**. São Paulo: LTC, 1986.

FOURNIER, Valérie; GREY, Chris. Na Hora da Crítica: Condições e Perspectivas para Estudos Críticos de Gestão. **Revista de Administração de Empresas**. V. 46. N. 1. p. 71-86. jan/mar 2006.

FREEMAN, R. Edward; LIEDTKA, Jeanne. Corporate Social Responsibility: A Critical Approach. **Business Horizons**. p. 92-98. July-Aug. 1991.

FREITAG, Barbara. **A Teoria Crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acessado em 08/02/2006.

JONES, Marc T. Missing the Forest for the Trees: A critique of the Social Responsibility concept and Discourse. **Business & Society**. v. 1. n. 35. p. 7-41. March 1996.

JOSEPH, Ella; PARKINSON, Joseph. Confronting the Critics. **New Academy Review**. v. 1, n.1. Spring 2002.

KREITLON, Maria P. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28°. **Anais**. Curitiba: ANPAD, 2004.

\_\_\_\_\_. Responsabilidade Social das Empresas: Regulação pelo Estado ou pela Sociedade Civil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29°. **Anais**. Brasília: ANPAD, 2005.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. Inserindo a Responsabilidade Social das Empresas ao Contexto Brasileiro. IN: ASHLEY, Patrícia A. **Ética e Responsabilidade Social dos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MEIRA, Fábio B. Responsabilidade Social e Ideologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30°. **Anais**. Salvador: ANPAD, 2006.

MENDONÇA, Patrícia; SCHOMMER, Paula C. O Marketing e sua Relação com o Social: Dimensões Conceituais e Estratégias e o Caso de Duas Organizações em Interação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2000.

MOHR, Lois A.; WEBB, Deborah J. Do Consumers Expect Companies to be Socially Responsible ? The Impact of Corporate Social Responsibility on Buying Behavior. **Journal of Consumer Affairs**. V. 35. p. 45-62. 2001.

OLIVEIRA, David Kato; FURUTA, Gustavo Ando; FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Uma contribuição para a divulgação dos estudos críticos em administração**. VI SEMEAD, FEA-USP, 2003.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3, 2004, Atibaia, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2004.

PAES DE PAULA, Ana Paula; ALCADIPANI, Rafael. Fórum de Estudos Críticos em Administração. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004. <<http://www.rae.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2375&Secao=FOR.ESTCRI&Volume=3&numero=2&Ano=2004>> Acesso em: 16 ago 2005.

PAES DE PAULA, Ana Paula. A Tradição Autônoma dos Estudos Críticos em Administração no Brasil: um estudo da produção científica de 1980 a 2004. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30°. **Anais**. Salvador: ANPAD, 2006.

RAMPINELLI, Gleicy B.; GUIMARÃES, Valeska N. Responsabilidade Social Corporativa: Desvelando Intencionalidades não Reveladas. IN: PIMENTA, Solange M.; SARAIVA, Luiz Alex S.; CORRÊA, Maria L. **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOARES, Gianna M. de P. Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa !? **RAE-eletrônica..** São Paulo. V. 3. n. 2, art. 23. jul/dez 2004.

VENTURA, Elvira C. F. Responsabilidade Social das Empresas sob a Óptica do “Novo Espírito do Capitalismo”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27°. **Anais**. Atibaia: ANPAD, 2003.

VENTURA, Elvira C. F.; VIEIRA, Marcelo M. F. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30°. **Anais**. Salvador: ANPAD, 2006.

VIEIRA, Marcelo M. F.; CALDAS, Miguel P. Teoria Crítica e Pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**. V. 46. N. 1. p. 59-70. jan/mar 2006.

WOLF, M. Sleepwalking with the Enemy: corporate social responsibility distorts the markets by deflecting business from its primary role of profit generation. **Financial Times**, 16 may 2001.